

**ATA**

Aos dezassete dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereador José Torcato Ribeiro – a)** - Referiu ter assistido à inauguração da toponímia “Rua Jaime Martins” junto à Escola Secundária Santos Simões, decorrente das comemorações do 75.º aniversário do Círculo de Arte e Recreio evocando, assim, a memória daquele sócio fundador, acrescentando que esta decisão de atribuição de um nome de uma rua deveria merecer consenso alargado através de deliberação do Órgão Executivo; **b)** – Sobre a recente Portaria publicada no domínio da reforma da Saúde que estabelece os critérios que permitem categorizar os serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), de acordo com a natureza das suas responsabilidades e quadro de valências exercidas, disse que, independentemente da interpretação

partidária que se faça, considerava o que se avizinha é negativo pelo que a comunidade vimaranense deve manifestar preocupação e continuar a pugnar pelo crescimento do concelho, da cidade e do hospital. Disse não compreender a classificação atribuída ao Centro Hospitalar do Alto Ave constituindo uma afronta a uma região que é densamente povoada e com necessidades de prestação de cuidados de saúde, acrescentando, a propósito, que a classificação do Hospital de Braga é uma estratégia de valorização do serviço privado de saúde. Por último, disse que a possibilidade de criar o Centro Hospitalar do Ave não lhe parece ser a melhor solução pois prejudicará os outros concelhos; **c)** – Felicitou a comemoração dos 40 anos do 25 de Abril, referindo que, ao tempo, foi aberta uma porta para a população que era considerada quase impensável. Disse, ainda, que comemorar os 40 anos do 25 de Abril é comemorar a esperança numa vida diferente, com políticas diferentes e num país mais solidário e equilibrado do que o que tem sido até agora. -----

**2 – Vereador André Coelho Lima** – Quis também trazer o tema relativo à Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril, que considera ser ambígua, pouco prudente e pouco esclarecedora, tornando compreensível que os cidadãos façam a interpretação que está a ser feita e que tenham manifestado preocupação por recearem a perda de valências. Contudo, disse que a referida Portaria não tem conteúdo normativo e não emite nenhuma instrução nem para abertura nem para encerramento de unidades, valências ou serviços. Reiterou que a Portaria 82/2014 não fecha qualquer serviço no Hospital de Guimarães e que qualquer perda de valências terá que ser negociada entre a administração hospitalar e o Governo. Defendeu que os serviços e a estrutura do Hospital de Guimarães têm que ser defendidos por todo o Executivo,



referindo que nenhum Governo o fará defender o Partido em detrimento da sua Terra. Disse, ainda, que entendia que se devia primeiro saber qual era o impacto efetivo que tal diploma veio trazer para o Hospital de Guimarães, considerando que o Presidente da Câmara deveria ter entrado em contacto com a tutela para perceber com maior acuidade o articulado da Portaria. Sobre o Hospital de Braga disse tratar-se de um investimento megalómano e sobredimensionado para a população que abrange com obrigações contratuais do Estado português sobre o número de utentes que aquela unidade hospitalar deve abarcar. Defendeu que uma das vias para a resolução deste problema é a possibilidade de se criar o Centro Hospitalar do Ave. Por fim disse que este dossier deve ser acompanhado com serenidade, tranquilidade e sempre defendendo os interesses de Guimarães. --

**3 – Vereador Amadeu Portilha** – Quanto à toponímia disse que a competência para a decisão está agora subdelegada no Vereador, pelo que, de futuro, estas decisões poderão passar a vir à Câmara para conhecimento. -----

**4 – Presidente da Câmara – a)** - Disse estar de acordo com o que foi dito sobre as comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril; **b)** - Sobre a unidade hospitalar, disse que tudo faria para que o Centro Hospitalar do Alto Ave continue a ser a entidade de referência que é, designadamente através da sua reclassificação no Grupo II, fazendo justiça às valências, especialidades e serviços médicos que tem, bem como ao facto de se tratar de um hospital universitário. Disse considerar que a situação é grave, preocupante e que atenta contra os interesses dos vimaranenses, a quem sempre comunicará as suas preocupações, quando os interesses de Guimarães estejam em causa, como é o caso. Acrescentou que nesta matéria todos se deviam unir no objetivo

de reclassificar o Hospital de Guimarães no Grupo II. Informou que enviou uma carta ao Ministro da Saúde manifestando as preocupações suscitadas na comunidade vimaranense e questionando essencialmente o facto de alguns hospitais com menos valências que o de Guimarães estarem classificados no Grupo II. Por último, disse que tal documento está disponível para consulta dos Senhores Vereadores, e que iria juntar cópia à documentação da presente ata para que dela fique a constar e a fazer parte integrante. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: -----

**1** – De ter sido enviada uma carta aberta conjunta dos Presidentes das Câmaras Municipais de Guimarães, Porto e Évora, dirigida ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Vice-Primeiro-Ministro e à Ministra das Finanças, solicitando a manutenção da isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis para os prédios dos centros históricos classificados. -----

**2** - Informou que a reunião de Câmara descentralizada vai realizar-se no próximo dia 30 de abril, na Vila de Caldas das Taipas, pelas 10:00 horas, na Escola Secundária das Taipas, seguida de visita às instituições da Vila no período da tarde. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** Do Relatório da Certificação Legal das Contas, enviado por Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, S.R.O.C., Lda., que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**2.** Do Relatório da Certificação Legal das Contas Consolidadas, enviado por Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, S.R.O.C.,



Lda., que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**3.** Da composição do Conselho Municipal de Educação de Guimarães: Presidente da Câmara Municipal de Guimarães e do Conselho Municipal, Dr. Domingos Bragança; Dr. António Magalhães, Presidente da Assembleia Municipal; Vereadora da Educação, Dra. Adelina Paula Pinto; Representação das freguesias do concelho, Deputado Dr. António Carlos Pereira de Carvalho; Representação do Diretor Regional de Educação do Norte (atual DSRN), Dr. Aristides Sousa; Representante do ensino superior público, Dr. Rui Vieira de Castro, Universidade do Minho; Representante dos docentes do ensino secundário público, Dr. Benjamim Sampaio; Representante dos docentes do ensino básico público, Dr. Eduardo Balinha; Representante dos docentes da educação pré-escolar pública, Dra. Augusta Olinda Almeida S. Figueira de Sousa; Representante dos estabelecimentos de educação e do ensino básico e secundários privados, Dr. João Monteiro, Colégio do Ave; Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, António Brás Mendes Pereira, FCAPGUI; Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Carlos Azevedo – FCAPGUI; Representante dos serviços públicos de saúde, Enfermeira Maria Isabel Alves Santos Martins Videira, ARS Norte; Representante dos serviços da segurança social, Dra. Maria de Lurdes Gonçalves Almeida Barroso; Representante dos serviços de emprego e formação profissional, Dr. Carlos Nuno da Silva Boticas; Representante dos serviços públicos da área da juventude e desporto, Dr. António Rolando Pimenta Silva, IPDJ; Representante da Polícia de Segurança Pública, Chefe Maria de Fátima Queiroz de Castro e Silva; Representante da Guarda Nacional Republicana,

Comandante Carlos Manuel Gonçalves Fernandes. -----

**4.** Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de março, dando cumprimento à deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**5.** Do ofício da CASFIG, EM, Unipessoal, Lda., remetendo, para conhecimento, o Relatório de Gestão e Demonstração Económico-Financeira do ano de 2013, aprovado em reunião extraordinária da Assembleia-Geral realizada no passado dia 31 de março, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**6.** Do ofício da VIMÁGUA, EIM, SA remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2013, aprovado em Assembleia-Geral realizada no passado dia 31 de março, acompanhado da respetiva Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**7.** Do ofício da Cooperativa Turipenha remetendo, para conhecimento, a Prestação de Contas do Exercício de 2013, aprovado por unanimidade e, Assembleia Geral realizada no passado dia 31 de março, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**8.** Do ofício da Cooperativa A Oficina remetendo, para conhecimento, o Relatório de Atividades e Contas de 2013 aprovado em Assembleia-Geral realizada no passado dia 31 de março, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**9.** Do ofício da Cooperativa Tempo Livre remetendo, para conhecimento, o Relatório de Atividades e Contas de 2013 aprovado em Assembleia-Geral realizada no passado dia 31 de



março, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 2014.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR.** Absteve-se o Vereador José Manuel Bastos, por não ter estado presente na reunião. -----

**OBRAS PÚBLICAS – EB 2,3 DAS TAIPAS – CALDELAS - INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de Construção da Escola EB 2,3 das Taipas - Caldelas, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder 8.868.325,53€ + IVA, a satisfazer pela dotação 2.1.1.3.10 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2014 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de 200.000€ destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.1.1.3.10. Pretendendo-se dar início ao procedimento de empreitada em assunto, cujo valor base se estima em 8.868.325,53€ + IVA, e tendo em conta o preceituado no art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso), relativo aos compromissos plurianuais e à necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal, e o disposto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 junho, aplicável às

empreitadas de obras públicas por força da al. b) do n.º 1 do art.º 4.º do mesmo diploma legal, propõe-se submeter a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual respeitante a este procedimento, de acordo com a seguinte repartição de encargos: Ano de 2014 – 1.000.000,00€+IVA = 1.060.000,00€; Ano de 2015 – 7.868.325,53€+IVA = 8.340.425,06€; **4.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro com as alterações introduzidas por legislação posterior) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso, público ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP, cujo anúncio será publicado no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE). **5.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em 8.868.3258,53€ + IVA; Fixação de um prazo máximo de vigência do contrato a celebrar de 420 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **6.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. c) Vogal – Luís Filipe Vieira Teixeira - Técnico Superior. Suplentes - a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Diretora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana





Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **7.** Mais se propõe que a competência para prestar esclarecimentos no âmbito do presente procedimento, nos termos previstos no art.º 50º do CCP, seja delegado no júri do procedimento, ao abrigo do supra referido art.º 109º do mesmo código.” O Caderno de Encargos e o programa de Procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

**SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

**ACORDO DE COLABORAÇÃO - CONTEXTILE 2014** – Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: “A CONTEXTILE – BIENAL DE ARTE TÊXTIL CONTEMPORÂNEA é um evento de âmbito internacional, de arte contemporânea, que tem o têxtil como elemento de referência na Reflexão, Investigação e Criação, nas diversas formas de expressão e de representação artística. A CONTEXTILE tem como propostas e missão dar visibilidade à Textile Art; mobilizar e incentivar os artistas para uma abordagem inovadora e experimental das artes visuais; assumir-se como Plataforma Criativa e debate de ideias/projetos, desenvolvimento de redes internacionais, troca de boas práticas interdisciplinares e académicas. Numa ligação estreita com os territórios de tradição têxtil, esta Bienal pretende ser um espaço eclético de promoção do diálogo entre artistas, criadores, empresários, a comunidade (cidadãos e empresas locais) e a cidade que a acolhe, contribuindo assim para o processo de diversificação da economia e das indústrias culturais e criativas das regiões. Exibindo obras de artistas diversos, com suportes e formatos diferentes, a CONTEXTILE tem ainda como objetivo paralelo, a afirmação internacional de uma nova geração de artistas emergentes que, refletindo a pluridiversidade das propostas artísticas na atualidade,

apresentam um conjunto de obras passíveis de legitimação pela possibilidade de coabitação no mesmo espaço físico, numa coerência estética e artística conjuntural, abrindo caminho à valorização económica do Têxtil e da Arte Têxtil. A equipa da Ideias Emergentes | Contextile, após o reconhecido sucesso da 1ª edição, realizada em Guimarães no âmbito da Capital Europeia da Cultura, e considerando as expectativas criadas junto dos vimaranenses, decidiu enfrentar as dificuldades que a conjuntura atual de crise impõem, avançando para organização e produção da Contextile 2014 – Bienal de Arte Têxtil Contemporânea, que se realiza de 26 julho a 11 de outubro, em Guimarães. Esta segunda edição terá como primeiro objetivo o desenvolvimento e ampliação da reflexão sobre o papel e a importância da arte têxtil contemporânea nas diversas formas de expressão e representação artística, mas também o seu papel como instrumento de interação e cooperação entre territórios, povos, comunidades, economias, culturas, sociedades, redes sectoriais e internacionais. Em face do interesse inequívoco de que se revestiria a realização da segunda edição da Contextile em Guimarães, tendo em consideração a transversalidade e o impacto deste evento junto dos vimaranenses e na economia local, bem como na comunidade internacional do têxtil e da arte têxtil, proponho, ao abrigo da alínea ff) do nº1 do art.º 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do protocolo anexo, que viabiliza tal objetivo, fixando as condições da parceria que, para o efeito, será estabelecida entre o Município de Guimarães e a Ideias Emergentes | Contextile. A minuta do acordo de colaboração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTÓCOLOS - FEIRA DO PATRIMÓNIO 2014** – Presente a



seguinte proposta do Vereador José Bastos: "A Feira Património.pt Millennium BCP é um evento pioneiro que pretende promover o setor do Património Cultural enquanto bem que cria valor económico e social, sendo fator de atração turística, gerador de receitas e fomentador do emprego. Esta iniciativa decorre diretamente da plataforma online de informação com edição de conteúdos audiovisuais e escritos próprios sobre Património Cultural, a património.pt. A Feira é um encontro de profissionais do meio, alargado a outros agentes dos sectores da Economia e do Turismo, numa sinergia potenciadora de novos negócios e fortalecimento de um mercado com grande potencial de desenvolvimento. Adicionalmente, a Feira do Património é também um evento para todos que pretende demonstrar como o Património Cultural pode ter um lado lúdico e pedagógico valioso. Apresenta, desta forma, uma programação paralela de eventos culturais para o público generalista com gastronomia, vinhos, música, ateliês, demonstrações de técnicas tradicionais ao vivo, animação pedagógica, conferências e debates. A Feira aposta numa apresentação contemporânea e mediática e defende uma larga abrangência do conceito de património: edificado, móvel, imaterial e natural. Edição de 2014 – Comunicar Património - O tema da segunda edição da Feira património.pt Millennium bcp, Comunicar Património, parte da premissa de que o património só existe na medida em que existem pessoas disponíveis para experimentá-lo / consumi-lo / visitá-lo: como tal, a comunicação estabelecida entre o recurso e o seu utilizador é a questão-chave para entender que pressupostos estão por detrás de uma maior dinâmica de visitação e consumo de património. Seguindo o figurino da edição anterior, a Feira do Património 2014 contará igualmente com a realização de um Seminário Internacional sobre

o tema da Feira. Pretende-se, desta forma, conhecer experiências internacionais e nacionais no âmbito da comunicação em património, mas também perceber a visão de quem é de fora – de profissionais da comunicação e área afins ou dos ditos participantes/visitantes com quem pretendemos sempre estabelecer contacto. Edição de 2013 – Economia do Património - A primeira edição da Feira do Património decorreu nos dias 18, 19 e 20 de Outubro de 2013 no Museu de Arte Popular em Belém. Contou com uma série de parceiros públicos e privados que viabilizaram a realização do evento – a Fundação Millennium bcp, o Turismo de Portugal, a Direção Geral do Património Cultural, a Câmara Municipal de Lisboa, a Associação de Turismo de Lisboa entre outras entidades públicas e privadas. A programação da Feira do Património 2013 contou com a realização de um Seminário Internacional “Património, Economia, Turismo: Um Caminho de Futuro”, um debate sobre Rotas de Turismo Cultural e uma forte programação paralela com animação pedagógica, workshops, concertos, apresentações e outros eventos. O balanço final da primeira edição foi bastante positivo tendo a Feira contado com 39 expositores e 44 entidades públicas e privadas dos sectores da Cultura, Turismo e Economia do Património e registado uma afluência de 2120 visitantes nos três dias de duração. Quanto à avaliação global dos expositores (Inquérito de Avaliação aos Expositores), 86% afirmam que voltariam a participar numa nova edição da Feira. Dos Visitantes (Inquérito de Avaliação aos Visitantes), 88% afirma que voltaria a visitar uma nova edição da Feira. Em face do interesse inequívoco de que se revestiria a realização da segunda edição da Feira do Património em Guimarães, proponho, ao abrigo da alínea ff) do nº1 do artº 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a



aprovação do protocolo anexo, que viabiliza tal objetivo, fixando as condições da parceria que, para o efeito, será estabelecida entre o Município de Guimarães e a SPIRA, entidade que criou o referido evento.” A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**REGULAMENTOS - PROJETO DE REGULAMENTO PARA CONCURSO DE IDEIAS - CRIAÇÃO DA MASCOTE PARA O PROJETO VOLUNTARIADO VAI ÀS ESCOLAS** –

Presente a seguinte proposta: “Na sequência da candidatura apresentada pelo Município de Guimarães a Capital Europeia do Voluntariado 2014, foi constituída uma Agenda Local de Voluntariado com um conjunto de iniciativas, entre as quais o projeto Voluntariado Vai às Escolas, uma iniciativa conjunta do Banco Local de Voluntariado de Guimarães e da Divisão de Educação para promover a prática de voluntariado junto dos alunos das escolas secundárias do concelho. No sentido de promover a participação dos jovens destinatários, decorrerá um concurso de ideias para a criação da mascote do referido projeto para o qual se elaborou um regulamento orientador deste concurso de ideias. Assim, com vista à prossecução destas atribuições do Município no âmbito da educação e da ação social, previstas nas al.s d) e h) do n.º 2 do art.º 23.º Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no uso das competências previstas nas al.s k) e u) do n.º 1 do art.º 33.º, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º, todos do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, apresenta-se para aprovação o Regulamento para o Concurso de Ideias para Criação da Mascote do Projeto Voluntariado vai às Escolas, cuja minuta se anexa.” O Regulamento para o Concurso de Ideias para Criação da Mascote do Projeto Voluntariado vai às Escolas dá-se aqui por reproduzido

e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**REGULAMENTOS - REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS HONORÍFICAS MUNICIPAIS** – Presente, para aprovação da Câmara Municipal e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, o Regulamento de Atribuição de Medalhas Honoríficas Municipais que têm por finalidade homenagear publicamente pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que contribuam para o engrandecimento e dignificação do Município de Guimarães, bem como aquelas que se distingam pelo seu reconhecido mérito em ações ou serviços em prol da comunidade, nomeadamente nas áreas social, humanitária, empresarial, cultural, científica, cívica, política ou de serviço público. O Regulamento de Atribuição de Medalhas Honoríficas Municipais dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - RATIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE MARÇO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014** – Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de março que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, cujo mapa se anexa e se dá aqui por reproduzido ficando arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----



**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO JURÍDICO - DIREITO DAS AUTARQUIAS LOCAIS**

Presente a seguinte informação da Diretora do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição, e da Chefe da Divisão Jurídica, em regime de substituição: "Está neste momento em curso um processo legislativo amplamente reformador em matéria de autarquias locais, com profundas consequências (muitas delas incertas) na organização e na atividade administrativa dos órgãos autárquicos. Mais do que nunca, é necessária uma conjugação de esforços de várias áreas do saber, que permita aos decisores políticos municipais (e de freguesia) a tomada de decisões relevantes com a consciência dos desafios que o presente momento legislativo encerra e assegure o bom funcionamento dos serviços municipais. Nesta data, há matérias específicas que, pela sua novidade e complexidade, preocupam e centram as atenções dos responsáveis locais, quer dos decisores políticos, quer dos respetivos técnicos. Referimo-nos, desde logo, ao regime financeiro das autarquias locais (Lei nº 73/2013) e ao regime jurídico das autarquias locais (Lei nº 75/2013). Estes diplomas legais têm um impacto muito forte ao nível dos procedimentos e rotinas instituídos nas autarquias, implicando, designadamente, alterações de regulamentos municipais em vigor de modo a conformá-los com tais normas. A Associação de Estudos de Direito Regional e Local, doravante designada apenas por AEDREL, é uma associação privada, sem fins lucrativos, que visa o estudo do direito das autarquias locais no âmbito da organização territorial do Estado, dirigindo ainda a sua atenção para o estudo do direito público e de outros ramos do conhecimento relevantes para as

autarquias locais. Resulta de uma iniciativa de juristas da Universidade do Minho e da Universidade de Coimbra que desenvolvem estudos e investigação nestes domínios. Em estreita ligação com o Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais (NEDAL) da Escola de Direito da Universidade do Minho, a AEDREL publica a revista trimestral “Questões Atuais de Direito Local” com um conselho de redação constituído por professores e investigadores, quer daquele centro de investigação, quer de conceituadas universidades portuguesas e estrangeiras. No âmbito do seu programa de ação, a AEDREL promove a realização de seminários, colóquios, congressos, estudos e outras realizações no domínio do seu objeto estatutário. Parece-nos, pois, que nesta fase complexa de adaptação da atuação municipal ao novo quadro legislativo, importa dotar a estrutura municipal de competências técnicas apoiada na orientação superior dos conceituados juristas daquela associação, sendo, por isso, conveniente estabelecer uma ligação formal através da contratação dos serviços prestados pela mesma, pelo que, pela presente informação, se submete à consideração superior a sua aprovação, nos seguintes termos: **1. Objeto:** Acompanhamento jurídico no domínio do regime financeiro das autarquias locais (Lei nº 73/2013), e de outros diplomas tidos por relevantes na gestão autárquica. Este apoio compreende, designadamente: - análise e revisão de regulamentos municipais em vigor; - ações de formação a dirigentes municipais; - prestação de esclarecimentos pontuais em matérias cuja complexidade o justifique; - realização de seminários ou sessões de estudo com os eleitos locais, incluindo os membros das juntas de freguesia. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e





experiência em direito das autarquias locais; Não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal; Consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), foi-nos confirmada a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação que possam prestar estes serviços; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal delibere submeter á aprovação da Assembleia Municipal a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) Acompanhamento jurídico no domínio do regime financeiro das autarquias locais (Lei nº 73/2013), do regime jurídico das autarquias locais (Lei nº 75/2013) e de outros diplomas tidos por relevantes na gestão autárquica. Este apoio compreende, designadamente: - análise e revisão de regulamentos municipais em vigor; - ações de formação a dirigentes municipais; - prestação de esclarecimentos pontuais em matérias cuja complexidade o justifique; - realização de seminários ou sessões de estudo com os eleitos locais, incluindo os membros das juntas de freguesia; b) O contrato tem a duração de um ano, com início a 1 de maio de 2014, podendo ser renovado por igual período; c) A despesa anual é de €4.400,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo a 2014 o montante de €2.933,00 (maio a dezembro) e a 2015 o montante de €1467,00 (janeiro a abril). d) A despesa tem cabimento orçamental no ano

de 2014 na rubrica 02.02.14. e) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, nos termos da alínea a), do nº 1 do artigo 20º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. f) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. g) A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e para com a segurança social; h) Finalmente, informa-se que, no cálculo do valor dos honorários, e porque o Município, no corrente ano e no ano passado, já celebrou contratos com idêntico objeto, foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, uma vez que a proposta inicial da AEDREL apresentava um valor de honorários de €5.000,00.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS EM CARREIRA PÚBLICA – ANO LETIVO 2014/2015** – Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento Financeiro: “Submete-se para aprovação superior, o pedido de parecer prévio, a assunção de compromisso plurianual, o convite e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, e nos seguintes termos: O preço base deste procedimento já se encontra cativo, conforme a proposta de cabimento n.º 1297/14. **Bem ou serviço:** Aquisição de serviços – Transporte escolar de alunos em carreira pública – Ano Letivo 2014/2015; **Período de vigência:** 8 de



setembro/14 e término a 30 de junho/15; **Preço base:** 1.869.974,05€, sendo: - Lote 1: 803.410,85€ + IVA (6%); - Lote 2: 437.446,70€ + IVA (6%); - Lote 3: 327.984,90€ + IVA (6%); - Lote 4: 77.518,87€ + IVA (6%); - Lote 5: 77.493,87€ + IVA (6%); - Lote 6: 88.783,49€ + IVA (6%); - Lote 7: 8.200,47€ (isento de IVA); - Lote 8: 49.134,90€ (isento de IVA). Não será aplicada a redução remuneratória prevista nos artigos 33.º e 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, de acordo com o fundamentado na cláusula 4.ª do caderno de encargos.

**Repartição de encargos: Ano 2014:** 747.989,63€; **Ano 2015:** 1.121.984,42€. **Classificação económica:** 020210. **Plano:** 2.1.2.57 A. **Procedimento:** Propõe-se a adoção do ajuste direto ao abrigo do critério material, previsto na alínea e), n.º 1, artigo 24.º do CCP, de acordo com o fundamentado na informação anexa, NIPG: 18246/14. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Júri: Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos; - Clara Maria Soares, Técnica Superior; **Vogais Suplentes:** - Laura Mina Amaro Paço Quesado, Técnica Superior; - Carla Castro, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Sónia Gonçalves. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO**

**DE VOZ E TRANSMISSÃO DE DADOS INTERNET** – Presente a seguinte informação: “Na sequência do despacho do Sr. Presidente, datado de 9 de abril de 2014, pretende-se iniciar um procedimento de aquisição de serviços de comunicação de voz e internet, pelo período de 36 meses, com início a 1 de setembro de 2014, com a seguinte repartição de encargos (estimativa): -----

Classificação Económica	Repartição de encargos			
	Ano 2014 (set. a dez.)	Ano 2015 (jan. a dez.)	Ano 2016 (jan. a dez.)	Ano 2017 (jan. a ago.)
020209	24.000,00€	72.000,00€	72.000,00€	48.000,00€

Atendendo ao montante proposto, que implica a assunção de encargos plurianuais, deverá esta despesa ser autorizada pela Assembleia Municipal, nos termos do art.º 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro. À consideração superior.”

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PATRIMÓNIO – COMODATO - CASA DE DONÃES - AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO (ACT) –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A **Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)** apresentou nesta Câmara Municipal um pedido de cedência de instalações para o desenvolvimento da sua ação, numa lógica de proximidade aos cidadãos (empregadores, trabalhadores e respetivas estruturas representativas) e continuidade da prestação dos seus serviços de promoção da melhoria das condições de trabalho aos munícipes dos concelhos de Guimarães, Fafe, Vizela e Celorico de Basto. A ACT tem por missão a promoção da melhoria das condições de trabalho, através do controlo do cumprimento das normas em matéria laboral, no âmbito das relações laborais privadas, bem como a promoção de políticas de prevenção de



riscos profissionais. Compete-lhe, igualmente, o controlo do cumprimento da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho em todos os sectores de atividade e nos serviços e organismos da administração pública central, direta e indireta, e local, incluindo os institutos públicos, nas modalidades de serviços personalizados ou de fundos públicos. O Decreto Regulamentar nº 47/2012, de 31 de julho que aprovou a nova orgânica da ACT prevê, entre o mais, que *"na ótica da promoção da melhoria organizacional e da racionalização das estruturas da administração direta do Estado visadas pelo Plano de Redução e Melhoria da Administração Central – PREMAC, ao nível dos serviços centrais e, particularmente, dos serviços desconcentrados da ACT uma profunda reestruturação e organização das unidades privilegiando a otimização dos recursos humanos e financeiros desta entidade"*. Nos termos do mesmo diploma legal, ao nível dos serviços desconcentrados, serão extintas 5 direções regionais e, em substituição de 32 serviços de âmbito local, são criadas 18 delegações. De acordo com o previsto na alínea c) do artigo 30º do Decreto-Lei nº 167-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou a nova orgânica do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social a ACT é objeto de reestruturação. Considerando que: Com a reestruturação supra citada a ACT corre o sério risco de encerrar as suas instalações em Guimarães e transferência dos respetivos serviços para Braga. O encerramento da delegação da ACT de Guimarães trará uma série de constrangimentos à população dos concelhos de Guimarães, Fafe, Vizela e Celorico de Basto; A permanência da ACT no concelho de Guimarães é uma mais-valia para o Município de Guimarães e limítrofes; O Município é proprietário de um prédio urbano, devoluto, composto por um edifício de três andares e águas furtadas, sito no gaveto da rua de

Donões e rua Egas Moniz, com os números de polícia 32 a 38, da União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião (extinta Oliveira), deste concelho, descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o nº 82/19880225 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 408º; O identificado imóvel, mais conhecido por "Casa de Donões", após obras de requalificação, reunirá as condições necessárias ao desenvolvimento da atividade e do serviço prestado pela ACT; Foi submetida pelo Município e encontra-se em análise no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) uma candidatura a financiamento que engloba a reabilitação da Casa de Donões; A utilização permanente do edifício permitirá o seu aproveitamento, contribuindo para a revitalização dos edifícios do centro histórico de Guimarães em prol de um serviço público. Submete-se à consideração superior a cedência do prédio supra identificado à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. Em caso de aceitação, deverá o assunto ser submetido a deliberação de Câmara, conforme disposto na alínea o), do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. À consideração superior." A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES – DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO ESCOLAR - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE S. CLEMENTE**

- Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente através de correio eletrónico datado de



19/03/2014, vem solicitar a cedência de um quadro escolar para equipar as suas instalações onde pretendem desenvolver atividades extracurriculares com as crianças daquela União de Freguesias. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação desta Autarquia, existe disponibilidade na cedência de 1 quadro de escrita a marcador, em porcelana branca, de 1,20mx1,20m. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação à União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €60,00. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Quadro de escrita a marcador, porcelana branca, de 1,20mx1,20m	€60,00	€60,00
<b>TOTAL</b>		<b>€60,00</b>

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**  
**RECURSOS HUMANOS – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2014** – Presente a seguinte proposta: “Consolidada a reestruturação orgânica dos serviços, que entrou em vigor no início do corrente ano, torna-se necessário introduzir algumas adaptações ao Mapa de Pessoal aprovado. Os novos postos de trabalho aqui previstos poderão ser preenchidos, na sua grande parte, através da afetação de recursos internos, o que, por um lado, permite a valorização de trabalhadores que, à experiência detida, aliam as habilitações entretanto adquiridas e, por outro, permite assegurar a contenção de efetivos imposta pela Lei do

Orçamento de Estado. Não deixa de se salientar, contudo, que o elevado número de saídas da organização que vêm ocorrendo, designadamente por aposentação, tornam imperioso o recrutamento de novos profissionais, sob pena de vir a resultar comprometida a prossecução das atribuições do município. Nestes termos, propõe-se que, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, conjugado com os artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, seja submetido **à aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal**, a alteração do **Mapa de Pessoal para 2014**, conforme anexo." A alteração do Mapa de Pessoal para 2014 dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

**ENTIDADES PARTICIPADAS - VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA - DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO** – Presente um ofício da Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA propondo a designação da Sociedade "Santos Carvalho & Associados, SROC, SA" para o cargo de Fiscal Único da Vimágua, para o mandato dos órgãos sociais iniciado em 18 de outubro de 2013, de acordo com deliberação tomada pela Assembleia Geral em sua reunião realizada no passado de 31 de março, de que se junta cópia. A ata da Assembleia Geral dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

**O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da empresa. -----**



**ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE - CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS**

– Presente a seguinte proposta: “O nº 2 do art.º 52º da lei nº 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais), dispõe que “a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.” A alínea b) do nº 1 do art.º 54º do mesmo diploma legal estabelece que “As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.” Por deliberação do Conselho Diretivo da AMAVE, tomada em sua reunião de 18 de março de 2014, e ratificada pela Assembleia Intermunicipal em sessão da mesma data (em anexo), foi proposto os seguintes critérios para imputação da dívida total de operações orçamentais da AMAVE:

**1. A DÍVIDA DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS RELATIVA AOS EMPRÉSTIMOS:**

Empréstimo	nº
0363/000059/987/0019 (Interceptores 2ª fase)	= 36,200%;
Empréstimo nº 9015/000505/187/0019 (SIRVA)	= 14,355%;
Empréstimo nº 9015/000196/987/0019 (Intempéries)	= 34,675%.

**2. DÍVIDA DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS APURADA COM EXCEÇÃO DO VALOR RELATIVO AOS EMPRÉSTIMOS:** A dívida

de operações orçamentais com exceção dos empréstimos é distribuída em função da proporcionalidade da dívida de cada município à AMAVE, reportada ao último dia de cada trimestre. Uma vez que se consideram ser estes os critérios adequados, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar submeter à Assembleia Municipal a aprovação da presente proposta.”

**DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. **O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha e Ricardo Costa não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertencem aos órgãos sociais da Associação.**-----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE - CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS** - Presente a seguinte proposta do Vereador Ricardo Costa: “O nº 2 do art.º 52º da lei nº 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais), dispõe que “a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.” A alínea b) do nº 1 do art.º 54º do mesmo diploma legal estabelece que “As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou



do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.” Por deliberação do Conselho Intermunicipal da CIM do AVE, tomada em sua reunião de 14 de janeiro de 2014, e ratificada pela Assembleia Intermunicipal em sessão de 25 de janeiro de 2014 (em anexo), foi proposto os seguintes critérios para imputação da dívida total de operações orçamentais da CIM do AVE: 1. A dívida de operações orçamentais relativa a custos de financiamento é imputada aos municípios que constituem da CIM do AVE pela percentagem da participação no FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro). 2. A dívida de operações orçamentais relacionada com candidaturas/projetos é imputada aos municípios de acordo com a percentagem de participação nas respetivas candidaturas; 3. A dívida total de operações orçamentais será verificada no último dia de cada trimestre. Uma vez que se consideram ser estes os critérios adequados, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar submeter à Assembleia Municipal a aprovação da presente proposta.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – CONSTITUIÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE PSICOLOGIA EM PARCERIA COM A UNIVERSIDADE DO MINHO – APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS ESTATUTOS** – Presente a seguinte proposta: “A Universidade do Minho pretende criar, em parceria com o Município de Guimarães e

o Município de Braga, uma associação sem fins lucrativos e de natureza privada, de duração ilimitada, na área da Psicologia, com sede social na Escola de Psicologia, da Universidade do Minho. Esta associação terá os seguintes objetivos: a) Aprovar, promover, coordenar e apoiar projetos de interação com a sociedade no domínio da Psicologia e domínios afins de acordo com os princípios e os objetivos da Escola de Psicologia; b) Disseminar e divulgar os resultados das atividades de investigação e de produção do conhecimento de modo a promover uma intervenção psicológica de base científica; c) Promover atividades de formação, difusão e desenvolvimento nos diferentes domínios da Psicologia; d) Participar na formação graduada e pós-graduada de estudantes de Psicologia e psicólogos afiliados segundo o modelo de prática supervisionada; e) Disponibilizar recursos humanos e materiais aos projetos de interação com a comunidade nele inscritos; f) Disponibilizar recursos humanos e materiais aos projetos de investigação aplicada nele inscritos; g) Contribuir para o intercâmbio entre organismos e outras entidades ligados à intervenção psicológica; h) Prestar serviços quer à comunidade académica quer à sociedade em geral; i) Promover intercâmbio de ideias e experiências entre os associados e entre estes e o conjunto da comunidade científica no sentido de incrementar o conhecimento da psicologia e de salientar a sua importância nos domínios da investigação científica; j) Prestar aos seus associados o apoio necessário para a defesa dos seus interesses científicos quando tal for considerado útil aos interesses gerais da comunidade científica; k) Promover atividades tais como cursos, estágios, seminários, colóquios, congressos, conferências, encontros, exposições e excursões científicas; l) Promover e patrocinar a edição de publicações conformes aos objetivos da



APSI-UM e que contribuam para um melhor esclarecimento público sobre as implicações e relevância da psicologia. De acordo com informação dos serviços de Ação Social desta Câmara Municipal a existência de uma associação de Psicologia associada à Universidade do Minho que se propõe desenvolver os objetivos atrás descritos é útil e até oportuna. - Útil, porque disponibiliza recursos (humanos e materiais) da Escola de Psicologia para prestar serviços à comunidade nos diversos domínios da psicologia e também porque permite promover uma série de projetos associados à formação contínua de técnicos, à difusão de conhecimento e à transferência de tecnologias. - Oportuna, porque tem vindo a ser cada vez mais frequente o pedido de intervenção dos psicólogos contratados pelo Município, para atuarem nas mais variadas áreas (avaliação de crianças com necessidades educativas especiais, orientação vocacional, acompanhamento familiar, acompanhamento a vítimas de violência, programas de prevenção do suicídio, ...). Esta necessidade aparece de forma recorrente nas ideias do Orçamento Participativo, nos contactos com os Advogados do Gabinete de Consulta Jurídica, com os Professores das Escolas e nas informações das Técnicas de Serviço Social, que se deparam diariamente com famílias ou elementos familiares a precisar deste tipo de cuidados. O Município de Guimarães, enquanto autarquia local, dispõe de atribuições nos domínios da saúde e da ação social, conforme preveem as al.s g) e h) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para prosseguir estas atribuições a Câmara Municipal, enquanto órgão executivo, dispõe das competências previstas nas al.s u) e v) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo diploma legal, competências que lhe permitem apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa e outras de interesse para o

município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, bem como participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade. Nestes termos, proponho que Município de Guimarães constitua, em parceria com a Universidade do Minho, uma associação sem fins lucrativos na área da psicologia, conforme estatutos que remeto em anexo (**doc. 1**). Em caso de aprovação, deverá esta proposta ser submetida à Assembleia Municipal, nos termos do art.º 53.º, por remissão do n.º 3 do art.º 56.º e do art.º 59.º, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.” Os referidos estatutos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A EB1 do Salgueiral solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos no dia 03 de Junho para uma visita ao Museu do Brinquedo em Ponte de Lima. Considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, considerando ainda os custos associados a uma deslocação para fora do concelho, e sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se á Reunião de Câmara, para a aprovação deste apoio.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----  
**AÇÃO SOCIAL - ORDEM DOS ADVOGADOS – DELEGAÇÃO DE GUIMARÃES – GABINETE DE CONSULTA JURÍDICA DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta: “No seguimento do



processo de atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social no ano de 2014, apresenta-se para aprovação a proposta de uma subvenção financeira à Delegação de Guimarães da Ordem dos Advogados, ao abrigo do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho - Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social. No âmbito do Gabinete de Consulta jurídica, criado em 1991, a Delegação de Guimarães da Ordem dos Advogados juntamente com o Município de Guimarães asseguram o apoio jurídico a todos os cidadãos da área territorial da comarca de Guimarães que, por insuficiência de meios económicos e financeiros, não podem custear os serviços prestados por advogados. Em 2012 a Câmara Municipal alterou o Protocolo então estabelecido no qual se prevê a atribuição de uma verba anual no valor de 2.500,00€ para apoio do funcionamento daquele Gabinete. Assim, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 12º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, propõe-se a atribuição de uma verba à Delegação de Guimarães da Ordem dos Advogados no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), cabimentado com o nº 1698/2014.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS - CARTÃO DE CRÉDITO** – O Presidente da Câmara comunicou pretender que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos para posterior análise, pelo que a proposta foi retirada. -

**DIVERSOS - REGIME DE EXCECIONALIDADE PARA REGULARIZAÇÃO DOS DÉBITOS RESULTANTES DO PAGAMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES** – Presente a seguinte proposta da Vereadora Paula Oliveira: “A atual crise económica conhecida de todos os portugueses tem vindo a agravar visivelmente as condições de vida de muitas famílias, em especial das classes sociais mais desfavorecidas; As privações e diminuição

de rendimentos a que vêm estando sujeitos muitos agregados familiares, tem impedido muitas famílias de cumprir pontualmente algumas das suas obrigações, entre elas algumas taxas relativos a serviços prestado pelo Município. A situação afeta muitas famílias, fato a que não pode o Município ficar indiferente. Pelo contrário, deve o Município de Guimarães estar sensibilizado e disponível para adotar mecanismos destinados a minimizar os efeitos negativos da crise atual nas famílias, sobretudo nas mais desfavorecidas, e, muito em especial no que se refere às despesas das crianças e jovens adolescentes respeitantes a refeições escolares; trata-se de matéria em que não pode nem deve o Município aplicar de modo frio e insensível regras que - no limite - se poderiam traduzir em medidas de cessação de fornecimento de refeições, que nem o Município nem ninguém sensato aceitaria. O Município de Guimarães tem também uma função social, de apoio às famílias mais desfavorecidas que, particularmente neste período grave, vai prosseguir sem tibiezas e tanto quanto permitam os meios ao seu dispor. No caso concreto, e tendo em atenção os processos em curso em sede de execuções fiscais para cobrança de dívidas resultantes do fornecimento de refeições escolares, devem adotar-se medidas que se deverão traduzir na dispensa da cobrança de juros de mora e custas devidos naqueles processos e, bem assim, na aprovação de regras para a celebração de planos de regularização de dívidas de refeições escolares, adequados à situação socioeconómica destes municípios; Este regime de exceccionalidade visa contribuir para a regularização dos débitos resultantes do não pagamento de refeições escolares de modo a permitir aos atuais devedores, uma vez decorrido o prazo de vigência da medida ou do plano de pagamento aprovado, ver a sua situação regularizada e sem os





incómodos de uma execução entretanto instaurada que só agravaria o já grave estado socioeconómico destas famílias. A aprovação destas regras beneficiará os munícipes que manifestem vontade e possibilidade de cumprir as suas obrigações; incentivam a justiça e a igualdade social, dando condições de cumprimento que, de outro modo, não seria possível alcançar. Assim, e tendo presente que, nos termos do artigo 33º, nº1, alínea hh), da Lei nº 75/2013, de 12/9, é da competência da Câmara Municipal deliberar em matéria de ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação e que os juros de mora e as custas judiciais a cobrar no processo de Execução Fiscal constituem receitas próprias do Município, a presente deliberação carece da aprovação do Executivo e da Assembleia Municipal. **PROPOMOS:** A aprovação de um plano excecional de incentivos à regularização das dívidas provenientes do não pagamento de refeições escolares, a vigorar até 31 de Dezembro de 2015, e aplicável a todos os débitos ocorridos até 17 de Abril de 2014, o qual comporta as seguintes regras: 1. Dispensa do pagamento de juros e custas processuais devidos na cobrança coerciva das dívidas ao Município de Guimarães provenientes do não pagamento voluntário das refeições escolares, nos pagamentos efetuados pelo executado no período da presente medida, e no caso da celebração de Planos de Pagamento em Prestações, pelo período em que o mesmo decorrer. 2. As regras a aplicar nos planos de pagamento em prestações destas dívidas, serão as seguintes: a) O plano de regularização não pode exceder o prazo de 60 meses. b) As prestações mensais nunca poderão ser inferiores a €10 (dez euros). c) Comprovar que não consegue, de momento, pagar de uma só vez o montante em dívida. 3. Nos termos do disposto no nº2, do artigo 16º da Lei nº 73/13, de 3/9, anexa-se Mapa com

estimativa da respetiva despesa fiscal.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

**SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

**DIVERSOS - COMÉRCIO DE GUIMARÃES - 130.º ANIVERSÁRIO - CEDÊNCIA DE DOIS AUTOCARROS -**

Presente a seguinte informação dos serviços da Divisão de Trânsito e Espaço Público: “A Guimapress, SA, solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros para efetuar o transporte do grupo “Outra Voz”, no dia 18 Maio das 15h00 às 19h00. Assim, considerando que se trata de um evento de interesse relevante, inserido no programa das comemorações do 130º aniversário do jornal O COMERCIO DE GUIMARÃES, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho a 24 de março de 2014, foi proposto o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para reunião de câmara o respetivo pedido para deliberação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

**DIVERSOS - IMI NO CENTRO HISTÓRICO -** Presente a seguinte proposta apresentada pelos Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo: “Os imóveis situados no Centro Histórico classificado como Património da Humanidade pela UNESCO, bem como algumas artérias do centro da cidade em zona não classificada, vêm beneficiando de uma isenção de Impostos Municipal sobre Imóveis, desde o tempo em que este imposto se designava ainda como Contribuição Autárquica. Tal situação assentava na circunstância de se situarem em ruas ou praças consideradas de interesse público pelo Decreto-Lei n.º 735/74 de 21 de fevereiro,



beneficiando então de isenção de IMI *“os prédios classificados como monumentos nacionais ou imóveis de interesse público e bem assim os classificados como imóveis de valor municipal ou como património cultural”*. Sucede porém que a Lei n.º 53-A/2006, de 29 de dezembro, veio a estabelecer que apenas poderiam beneficiar da isenção de IMI *“os prédios classificados como monumentos nacionais e os prédios individualmente classificados como de interesse público ou de interesse municipal”*, sendo que, em face desta alteração legal, vem sendo entendido por alguns serviços de finanças, interpretação que foi agora assumida pela Direção-Geral dos Impostos, que a classificação individual dos prédios, seja como sendo de interesse público, seja como sendo de interesse municipal, é a única forma de manter a isenção de que vinham beneficiando estes prédios, até esta data. Deste modo, considerando que: a) A interpretação vinda de referir tem vindo a ser aplicada, inclusive com efeitos retroativos, aos prédios que não se encontrem individualmente classificados; b) Se trata de uma interpretação lesiva dos contribuintes até aqui beneficiários dessa isenção, mas que favorece essencialmente os municípios, únicas entidades para as quais se destinam estes impostos uma vez que a totalidade do produto da sua cobrança reverte para o orçamento do município respetivo, atendendo a que se trata de impostos municipais; c) Mais do que discutir a justeza ou não da interpretação que tem vindo a ser seguida pela Fazenda Pública, cada município tem na sua mão a possibilidade de reverter esta situação para futuro através da classificação como de interesse municipal de cada um dos prédios que até aqui beneficiavam da isenção de IMI. Submete-se à consideração do executivo municipal a aprovação de uma deliberação para que a Câmara Municipal promova, pelos seus meios e no mais breve

prazo: 1. A classificação individual, como de interesse municipal, de todos os prédios situados no Centro histórico classificado como Património da Humanidade pela UNESCO; 2. A classificação individual, como de interesse municipal, de todos os prédios situados em artérias ou praças que até aqui beneficiavam de isenção de IMI, por serem consideradas de interesse público pelo Decreto-Lei n.º 735/74 de 21 de fevereiro; 3. A classificação individual, como de interesse municipal, de todos os prédios situados nas zonas com potencial de classificação como Património da Humanidade, designadamente toda a Zona de Couros, Rua da Liberdade, Rua de Camões e Rua D. João I". **DELIBERADO REPROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. Votaram contra o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Votamos contra a proposta apresentada pela coligação Juntos por Guimarães PSD/CDS relativa ao IMI do Centro Histórico pelas razões seguintes: A classificação individual, como de interesse municipal, de todos os prédios situados no Centro Histórico classificado como Património da Humanidade pela UNESCO é uma redundância pela circunstância de que todos os prédios que integram a zona classificada se inserirem na designação de "monumento nacional" por força do número 3 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de outubro; A proposta de classificação individual de todos os edifícios não seria exequível uma vez que não é seguro que todos os prédios reúnam os pressupostos necessários para a obtenção dessa classificação;



Por outro lado, a classificação do bem imóvel como de interesse municipal não depende, exclusivamente, da Câmara Municipal; Considerando que parte das artérias propostas para a classificação individual dos prédios se situam na ZEP-Zona Especial de Proteção ao Centro Histórico, e de acordo com o artigo 22º do Decreto-Lei 309/2009 de 23 de outubro, seria necessário obter parecer favorável, prédio a prédio, das entidades competentes, bem como do órgão consultivo competente; A classificação individual dos prédios na zona classificada como Património da Humanidade teria como consequência a desclassificação do todo, perdendo-se a unidade que a universalidade da classificação atual permite; Tal diferenciação inibiria a Câmara Municipal de adotar princípios e práticas uniformes na preservação e valorização do edificado, passando a haver enquadramentos legislativos e procedimentos diferenciados, em função da classificação ou não classificação, para cada prédio; Tal diferenciação poderia ter como consequência uma descaracterização do Centro Histórico, hoje considerado "monumento nacional", e um hipotético risco de desclassificação pela UNESCO; Uma eventual tentativa de classificação individual de cada prédio, procurando ultrapassar uma dificuldade criada por uma leitura deturpada da Lei por parte da Direção de Serviços do Imposto Municipal sobre Imóveis, órgão da Autoridade Tributária, teria consequências negativas e de cedência, não reforçando a posição conjunta que assumimos com as Câmaras Municipais do Porto e Évora; Resulta claro que a articulação do nº 3 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de outubro - "*A designação de monumento nacional é atribuída aos bens imóveis classificados como de interesse nacional, **sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios.***" - com o nº 1 e o nº 5 do artigo 44º do Estatuto dos Benefícios Fiscais - "***Estão isentos** de imposto*

*municipal sobre imóveis: n) **Os prédios classificados como monumentos nacionais** e os prédios individualmente classificados como de interesse público ou de interesse municipal, nos termos da legislação aplicável. **A isenção** a que se refere a alínea n) do n.º 1 **é de carácter automático**, operando mediante comunicação da classificação como monumentos nacionais ou da classificação individualizada como imóveis de interesse público ou de interesse municipal, a efetuar pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P., ou pelas câmaras municipais, vigorando enquanto os prédios estiverem classificados, mesmo que estes venham a ser transmitidos. (Redação dada pela Lei n.º 3-B/2010-28/04)”* – salvaguarda a existência atual de enquadramento legal para a isenção de IMI na zona classificada como Património da Humanidade; Por fim, o procedimento agora proposto pela coligação PSD/CDS conflituaria de forma clara com os procedimentos entretanto adotados pela Câmara Municipal de Guimarães tendentes à manutenção da isenção, sempre aplicada, e cuja perda não tem suporte em nenhuma lei em vigor, nem em qualquer alteração legal ocorrida. Na verdade, do ponto de vista jurídico a posição adoptada pela Câmara Municipal encontra-se fortemente sustentada nos documentos jurídicos que se anexam, e que mereceram total acordo dos Municípios do Porto e de Évora. E, do ponto de vista político, a posição da Câmara de Guimarães, igualmente adoptada pelos dois citados Municípios, seria, também, ela contraditada sendo votada favoravelmente este proposta, como facilmente se apura da leitura da Carta enviada a Sua Ex.<sup>a</sup>. o Senhor Presidente da República, cuja cópia igualmente se anexa, e que seguiu também, com idêntico teor, para o Exm<sup>o</sup>. Senhor Primeiro Ministro, Exm<sup>o</sup>. Senhor Vice Primeiro Ministro e Exm<sup>a</sup>. Senhora Ministra das Finanças. Pelo exposto resulta que os



Vereadores do Partido Socialista votaram contra a presente proposta.” A referida carta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.-----

**DIVERSOS – GRAVAÇÃO DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL**

- Presente a seguinte proposta apresentada pelos Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo: “Considerando que: a) As atas das reuniões de Câmara Municipal são um dos principais elementos de estudo da História de Guimarães, na medida em que nas reuniões do executivo municipal se abordam ou tratam as mais relevantes questões da sociedade vimaranense; b) A gravação, em registo áudio, das reuniões públicas de Câmara Municipal poderia constituir-se num auxiliar importante e decisivo para quem tem a responsabilidade de elaboração das atas; c) As sessões da Assembleia Municipal, bem mais longas e duradouras do que as do executivo municipal, já de há muito que são objeto de gravação em registo sonoro de todas as intervenções que aí têm lugar; d) Os meios técnicos hoje existentes, bem como a circunstância de as reuniões terem já amplificação intervindo cada Vereador com recurso a um microfone que se encontra ligado a um sistema de amplificação sonora. Submete-se à consideração do executivo municipal a aprovação de uma deliberação para que: se proceda doravante à gravação de todas as reuniões públicas do executivo municipal; a respetiva gravação esteja disponível para consulta, mediante solicitação de qualquer dos membros, ou mediante requerimento de qualquer cidadão”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE QUE A RESPETIVA GRAVAÇÃO ESTEJA DISPONÍVEL PARA AUDIÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO MEDIANTE SOLICITAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE PARA APOIO À TRANSCRIÇÃO DA ATA,**

**PROCEDENDO-SE À DESTRUÇÃO DO ELEMENTO ÁUDIO APÓS APROVAÇÃO DA MESMA EM REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.** -----

**RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES RESPEITANTE AO ANO DE 2013** – Presente, para ulterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, a proposta respeitante ao **RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – ANO DE 2013**, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro. -----

**CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – ANO DE 2013** – Presente, em anexo, o Relatório de Consolidação de Contas do Município de Guimarães, relativo ao ano de 2013, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro. -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A**





CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 8 Fls. \_\_\_\_\_  
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17 DE ABRIL DE 2014

**REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A  
PRESENTE ATA. -----**